Instituto Vox de Pesquisa e Formação em Psicanálise

Instituto Vox de Pesquisa e Formação em Psicanálise

VIDA NA RUA E PSICANÁLISE: ENTRE A QUESTÃO DA (DES)ORDEM E DO ÓDIO

Maria José Coracini - coracini.mj@gmail.com

Resumo "Vida na rua: entre a questão da (des)ordem e do ódio" é o resultado de uma pesquisa em Psicanálise a respeito do ódio contra os moradores de rua, ódio sem endereçamento, ódio das pequenas diferenças, que ameaçam o sujeito em sua identidade (eu ideal) e em seu ideal do eu, retirando-se do laço social e foracluindo a alteridade. Transformando o outro em lixo, em dejeto que precisa ser expulso ou eliminado, o sujeito não pode tolerar no outro o desrespeito à ordem social, moral ou religiosa de sua comunidade. Defende-se com Lacan e Lebrun o ódio constitutivo a partir da linguagem que vem do Outro. Finalmente, discutem-se os Direitos Humanos de todo e qualquer cidadão, a partir do Guia da Defesa dos Direitos das Pessoas em situação de rua, a pobreza como Real da democracia aliada ao capitalismo que gera expulsões em massa, na busca de tratamentos possíveis ao ódio.

Palavras-chave: psicanálise; ódio; morador de rua; expulsões; democracia.

São Paulo
2023

Instituto Vox de Pesquisa e Formação em Psicanálise

LIFE ON THE STREETS: BETWEEN THE ISSUE OF (DIS)ORDER AND HATE

Maria José Coracini - coracini.mj@gmail.com

"Life on the Streets: Between the Issue of (Dis)Order and Hate" is the result of a Psychoanalytic study on the hate towards homeless people, an unaddressed hate, a hate of little differences that threaten the subject in his identity (ego ideal) and ideal of the ego, leading to withdrawal from social bonds and the foreclosure of alterity. By transforming the other into trash, into waste that must be expelled or eliminated, the subject cannot bear the disrespect for social, moral, or religious order within their community. We share with Lacan that constitutive hate arises from language that comes from the Other. Finally, the Human Rights of each and every citizen are discussed in light of the Guide for the Defense of the Rights of People in Homeless Situations, viewing poverty as the Real of democracy allied with capitalism, which results in mass expulsions, in search for possible treatments for hate.

Palavras-chave: psychanalysis; hate; homeless people; expulsions; democracy.

São Paulo
2023

Vida na rua e Psicanálise: entre a questão da (des)ordem e do ódio

Maria José Coracini
(coracini.mj@gmail.com)

O pesquisador pesquisa a (sua) dor. Frase já bastante conhecida por psicanalistas que diz das razões da escolha de um tema ou outro para uma pesquisa ou para pesquisas. Com um passado orientado para o discurso científico como tese de doutorado, em seguida, para o discurso de sala de aula, para o ensino e a compreensão da aprendizagem de línguas chamadas materna e estrangeiras, passei a pesquisar um tema que dizia respeito à minha condição de ser/ estar entre línguas-culturas, entrevistando ou, melhor, indagando pessoas sobre sua constituição identitária e seu bem (mal) estar entre línguas-culturas. Por exemplo, uma mulher francesa vivendo o estranhamento da língua-cultura portuguesa no Brasil; um jovem brasileiro, vivendo nos Estados Unidos... Desses contextos, sem saber muito bem porquê, já que eu era docente e pesquisadora na área da Linguística Aplicada, às voltas com diferentes discursos, leitura e escrita, vi-me na contingência de abordar um contexto de pesquisa inédito: o discurso da pobreza, mais especificamente de pessoas em situação de rua[1], uma realidade que, só depois me dei conta, me dizia respeito, já que uma pessoa da família mais próxima sofria de alcoolismo e acabou morrendo na sarjeta, em Portugal, abandonada pela esposa, cansada de sofrer os efeitos do vício do marido que abalava a ela e aos cinco filhos.

Quando me interessei por pesquisar esse contexto social não me dei conta de que tal interesse muito provavelmente fora gerado por uma dor que me acompanhava desde a infância sem compreender muito bem por que isso acontecia: por que o vício? por que o abandono da própria existência?... Isso certamente contribuiu muito para a minha empatia por essas pessoas que, visíveis (por isso, incomoda(va)m), permanecem(iam) na invisibilidade aos olhos que procuram não ver, fazendo valer o ditado popular segundo o qual "o que os olhos não veem o coração não sente".

Mais recentemente, voltei a perseguir essa temática através do estudo do discurso do ódio. Por que me interessei pela pesquisa denominada "Os ódios abordados a partir das vociferações na clínica e na política"? Era uma oportunidade de entender esse afeto

1. Essas pesquisas, de caráter acadêmico, receberam todas o apoio do CNPq, junto à Unicamp-IEL/DLA.

da perspectiva da psicanálise, já que, na época, a mim parecia remeter apenas a pessoas que não conseguiam suportar outra(s) por alguma razão determinada; o ódio era um afeto bastante conhecido e muito pouco abordado por constituir, na nossa língua-cultura, um afeto negativo, em oposição ao amor; este, sim, bastante estudado, comentado, estimulado.

Quis reunir essas temáticas: o ódio dirigido a pessoas em situação de rua. Quis entender a razão desse ódio, que resultava num distanciamento, no desprezo ou menosprezo por um grupo social que, só mais recentemente, tem sido alvo de preocupações por parte de sociólogos, assistentes sociais, psicólogos, psicanalistas e de alguns políticos premidos por uma parte de seu eleitorado. Mas, apesar disso, ainda continuam descartadas ou descartáveis como indicam crimes frequentes contra pessoas em situação de rua. Constituem um grande grupo, espalhado pelas cidades, mas são agredidas individualmente.

A verdade é que o número de pessoas em situação de rua não para de crescer desde 2012. O IBGE (Ipea) aponta para mais de 281 mil pessoas em situação de rua no país. Em 2023, o Observatório Brasileiro de Políticas Públicas como População em situação de rua acusa um crescimento de 7,4% até fevereiro com relação a 2012, sendo a maioria de pessoas negras: em cada 10 pessoas, 7 são pretas. São Paulo é o estado que lidera no hanking com 86.782 pessoas na rua (8,2% de aumento desde 2012). Em seguida, vem Minas Gerais, com 21.857 pessoas em situação de rua e, em terceiro lugar, o Rio de Janeiro, com 18.812 pessoas. Mas, o mesmo Observatório da UFMG sinaliza a possibilidade de subnotificação em até 35% na capital paulista, em vista de a taxa de atualização do CadÚnico da cidade ter sido preenchida apenas em 63,3%, índice bem abaixo da média nacional (com preenchimento em 81,2%). Entenda-se que, nessa atualização, não são contadas as pessoas que ficam na rua apenas durante o dia: não ficam em suas casas nas favelas da periferia por também não terem o que comer.

A maioria das pessoas que atravessou e atravessa a cidade de São Paulo de carro, (em 2023), se deu e se dá conta desse aumento pela quantidade cada vez maior de pequenas cabanas debaixo dos viadutos, como aquele sob o viaduto que une a Av. Dr Arnaldo à Av. Paulista, ou nas calçadas da Avenida São João (sob o Minhocão) e dos arredores da Praça Júlio Prestes, em meio ao que costumamos denominar Cracolândia;

afinal, grande parte das pessoas em situação de rua[2] se encontram no vício das drogas e do álcool, razão frequente do abandono das famílias e do trabalho. Depois disso, foram dispersadas para outros bairros, como, aliás, já havia ocorrido em 2021. Mas, depois, elas voltaram, como sempre ocorre.

Numa pesquisa feita por mim e alguns alunos da Unicamp (IEL/DLA) em Campinas, nas ruas em torno da rodoviária local e no centro de acolhimento diurno mantido pela Karitas, instituição católica internacional de apoio à pobreza (Casa Santa Clara, que, depois, se tornou abrigo provisório para mulheres em situação de rua, por até 2 anos), pude observar a existência de pessoas que haviam abandonado suas casas por várias razões: porque a família não tolerava o vício e as brigas (razão mais frequente); porque haviam cometido um crime em outro estado ou cidade e, então, precisaram fugir da polícia; porque haviam sido traídos pela mulher (que foi encontrada na sua cama com outro) e atiraram no amante: fugiram para não cometerem outro crime, mas o ressentimento permanece; porque a mãe ou o pai as levou à prostituição: uma delas, por ser negra, era tratada pela mãe de forma diferente das irmãs brancas – não foi para a escola e precisava ganhar a vida se prostituindo, único modo de sobrevivência, conforme palavras da mãe. Num outro caso, o pai levava a filha, que o odiava, para uma zona de prostituição porque precisava de dinheiro.

É bem verdade que pouco ou nada se sabe dessas histórias de vida, porque são pessoas que falam pouco, preferem se calar por vergonha, frente ao desprezo da sociedade trabalhadora ou remunerada, que passa ao largo quando se depara com uma criatura vestindo roupas remendadas, rasgadas, por vezes sujas..., com cabelos despenteados, de aparência doentia, magra, olhar baixo ou agressivo... Pessoas que não têm voz nem vez e que, por isso, não merecem nem mesmo ser chamadas pelo nome, ser consideradas cidadãs ou cidadãos. Disso a população de rua se queixa abertamente. Vagabundas como são chamadas a todo o momento...afinal, não querem trabalhar e por isso não têm o que comer... A vida delas vê-se assim simplificada, para facilitar e justificar os desvios de rota, de olhar, o desprezo, os muxoxos, os xingamentos, os insultos, enfim, as vociferações.

[2] Apesar de ser "politicamente correta", a denominação "pessoas em situação de rua" guarda em si uma atenuante ou um eufemismo que reduz a dura realidade da vida na rua. Por isso, a partir daqui, preferiremos a expressão "moradores de rua", como, aliás, muitos dos entrevistados se denominam. Muitos ou mesmo a maioria permanece na rua por mais de 10 anos...

Diante desses gestos e comportamentos dos outros, essas pessoas se sentem lixo no meio do lixo. Dizem: "somos lixo, não valemos nada". Carregam seus pertences (um cobertor, uma roupa, algo para comer e, quando podem e têm, seus documentos...). Manifestam seu desconforto por serem considerados objetos descartáveis porque sujam com seus corpos e seus lixos as calçadas, a entrada do prédio de classe média, as praças públicas, cujos bancos nem sempre têm o direito de ocupar (os policiais não permitem). Sentem-se odiados, caluniados, desprezados.

Por que são odiados se, na maior parte das vezes, não respondem às vociferações que lhes são lançadas? Por que o ódio, se ninguém os conhece a não ser pelo apelo aos transeuntes: pedem um trocado para comprarem comida... ou ocupam um ou dois metros da calçada, da praça, do viaduto para poderem dormir e/ou se abrigarem da chuva ou do sol escaldante? Desde o início desta pesquisa endereçada ao afeto do ódio dirigido às pessoas que moram nas ruas (porque é bem isso o que acontece!), afeto também chamado paixão, interessou-me buscar uma resposta a essas indagações. Afinal, sempre imaginei que o ódio teria um endereçamento e um motivo: odeia-se uma pessoa, por x razões. Mas, então, odiar seria também um verbo intransitivo sem endereço e sem motivo?

No percurso investigativo por nós realizado, foi possível entender o ódio como constitutivo do ser humano, afeto que nos habita antes mesmo do amor, fazendo com este uma banda de Moebius, segundo Lacan: não existe um sem o outro. Daí a famosa frase de Parmênides: se Deus não conhece o ódio também não conhece o amor; daí o filósofo considerar o homem mais sábio do que Deus, por conhecer o ódio antes mesmo do amor. Para Freud, o ódio resulta da relação que o bebê estabelece com a mãe desde cedo, na medida em que o bebê, que deseja ser o desejo da mãe, percebe que não é tudo para ela, já que ela se afasta dele por ter outros interesses e afazeres. Quando a mãe aparece com outro bebê, a criança se sente relegada a segundo plano e sente ódio pelo irmão ou irmãzinha, como Santo Agostinho evidencia em suas *Confissões* a respeito de um quadro da Virgem Maria, com o *infans* no colo, sentada, por sua vez, no colo de sua mãe, Sant'Ana; o menino maior está de pé olhando o bebê mamar com um semblante de inveja... Na melhor das hipóteses, pouco a pouco, a criança aprende a se ocupar de outros objetos, a brincar com outras crianças e a suportar a frustração de não ter a mãe a seu lado o tempo todo.

Lacan, por sua vez, defende a ideia de que a alteridade ou a alienação é responsável pelo ódio que constitui o sujeito. Se este, ainda no ventre materno, já é falado por ela, ele já sofre as interpretações, o sentido que ela confere a ele pela e na linguagem,

de modo que ele, o *infans*, começa a se perder em seu narcisismo, impedido de ser ele mesmo pelo Outro que o captura. A entrada na linguagem, que se dá através da lalação (lalangue), gera frustração, traz perdas e fomenta o ódio, que é sempre ódio do Outro em si, portanto, ódio de si.

E como isso se dá? Pela linguagem e pela língua que o tornam ambivalente, dividido, sedimentado na dúvida e na incerteza da fala, responsável pelas imagens e pelo simbólico que passam a constituí-lo como sujeito. É importante lembrar que o sujeito não advém, ele se torna sujeito entre significantes (LACAN, 1998). Assim, o ódio precede o amor; daí o termo *hainamoration* – odioamoração, como bem traduziu Martha Marciano, ex-coordenadora do nosso grupo de pesquisa, para garantir, no neologismo da língua portuguesa, a ordem da formação vocabular estabelecida por Lacan (1985), em respeito à temporalidade de seu aparecimento, já que também Lacan considera que o ódio vem antes do amor (a tradução amódio coloca, na formação vocabular, o amor antes do ódio). O ódio, portanto, é constitutivo do sujeito e, nesse sentido, como faz ver Dias (2017), não é apenas negativo: é também promotor de resistência, coragem, força, ousadia e separação no sujeito.

Falar exige uma renúncia; falar obriga a um desvio forçado, à perda do imediato. Falar nos faz entrar em relação com o outro, mas à custa de perder a própria adequação ao mundo; falar nos torna sempre inadaptados, inadequados, pois não conseguimos dizer o que queremos: a fala é ambivalente e nos distancia dos objetos: a palavra não é a coisa; ela camufla a coisa; por isso, o sujeito se lamenta daquilo que a linguagem o fez perder: não há relação direta com os objetos, com o mundo, com a natureza, com os animais, com o outro; tudo é mediado pela linguagem... Toda presença está preenchida pela ausência (Lebrun, 2008, p.19). Na mesma página, Lebrun sintetiza:

> Em resumo, primeiramente, diremos que essa perda, este "não há", esse vazio da origem, esse impossível da adequação da palavra à coisa que veicula a linguagem é como o limite que cada sujeito humano deve interiorizar para se humanizar.

Esse vazio, essa perda lança em nós um fundo de insatisfação irredutível, de uma depressão permanente, um vazio semelhante àquele que habita o vaso que o oleiro constrói com suas mãos, moldando o entorno, o dentro e o fora, fazendo borda ao vazio..., assim como o vazio molda o círculo central do toro (Lacan, 2021). Há quem diga que, falando, sentimo-nos sempre exilados, fora de nós mesmos, porque as palavras não bastam para expressar nossos sentimentos e pensamentos, porque a língua é de todos e

não é de ninguém (Derrida, 1996); vinda do outro, se dirige ao outro, mas não é propriedade de ninguém: ela não se deixa apropriar (Derrida, 1996). A língua nos trai, diz o que não queremos que ela diga, diz o que o outro quer ouvir e o que o outro não quer ouvir.

Gori (2004) afirma que, como não posso amar num outro aquilo que do Outro me falta, então eu o odeio – je le hais = je l'est: um eu que se torna "ele" (eu o é), um outro estranho a mim mesmo, uma não-pessoa, o sujeito e o outro. O ódio forma três, quando aspira ao Um. O humano odeia o múltiplo, o heterogêneo; aspira a uma unidade primordial, a do Um diante do amor; expulsa o diferente na defesa da homogeneidade e da unidade, no que nossa cultura ocidental insiste e persiste. Mas, na verdade, na sua constituição, o humano tende ao múltiplo, ao heterogêneo, produz-se a divisão quando a alteridade constitui o sujeito, quando o inconsciente faz ruptura no consciente, quando o amor não existe sem o ódio e este faz banda de Moebius com o amor. Na apresentação da obra de Lebrun, Mario Fleig afirma:

> Lacan esclarece que o motivo fundamental da precedência do ódio deve-se ao fato [de] que o ódio é sempre primeiramente o ódio contra o Simbólico, que nos separa do mundo, da natureza, dos objetos e que se instaura com um furo na consistência narcísica. (Fleig, 2008, p. 7)

Segundo Lacan, a fala constitui a grande característica do ser humano, ser de fala, falasser (Lacan, 1975-1976/2007), constituído pelo inconsciente; sujeito da linguagem que emerge do vazio entre significantes: já que um significante representa o sujeito para outro significante (Lacan, 2021), o sujeito emerge como efeito intervalar. A linguagem vem do Outro, é do outro e não é de ninguém; o ser de linguagem se faz do/no outro; inscreve-se na linguagem, que é equívoco, lugar de manifestação do inconsciente, de engano e, ao mesmo tempo, veículo de relação, de sedução, de estupefação. Entretanto, como não sentir ódio, destituídos do poder de ser inteiros, especiais, diferentes de todos, de sermos nós mesmos, de darmos vazão ao narcisismo primário? O ódio é sempre ódio do Outro em si, grande Outro barrado.

Mas, por que, então, o ódio constitutivo se torna "ódio pelo outro, o estranho, o diferente de mim mesmo" (Gori, 2004, p.87)? Muito provavelmente porque esse outro provoca em mim identificações profundas e indesejadas: o outro, que também é corpo, que fal(h)a, perdeu o emprego, viu-se sem dinheiro para pagar o aluguel, comida, roupas; foi para a rua por um tempo, portando algumas trocas de roupas, documentos, produtos de limpeza: seria por pouco tempo, só até arrumar emprego... Mas, o tempo passa,

roubam-lhe seus apetrechos e ele só consegue trabalho temporário como ajudante de pedreiro ou como catador de lixo. Põe-se a beber para suportar, mas precisa de mais e, então, vem a droga... E continua na rua, pedindo comida, esmola, cobertas. Agora, parece impossível retornar à vida normal, em família... Essa constitui uma narrativa bastante comum, agravada pela dependência do álcool e outras drogas, que dificulta ainda mais o retorno à vida anterior. É fácil perceber que essa história de vida poderia ser a nossa. Mas é impossível admitir, porque essas pessoas imundas, asquerosas, denigrem a cidade, sujam as calçadas, ameaçam a paz, a moralidade, a decência, ameaçam a vida daqueles que se acham sensatos...

Como essas pessoas andam pelas ruas sem destino, como andarilhos, fugindo da polícia ou de pessoas que não desejam vê-las, não desejam sua presença em lojas, nas ruas, nos restaurantes, elas se tornam objeto de ódio. O ódio tenta curar-se do humano enquanto falta a ser (ou em ser?) Ora, a doença que fabrica o humano vem da linguagem e dos efeitos de deslumbramento que ela produz sobre o ser do sujeito, razão pela qual o ódio revela-se uma questão ontológica, "uma paixão do ser" (Gori, 2004, p.90). Como podemos definir a paixão? É "uma imagem a nos capturar' (Vieira, 2012, p.20); ficamos cegos pela imagem do objeto. O ódio é assim, como o amor-paixão: cego; pouco interessa a quem se odeia ou a quem se ama. Uma das três paixões do ser ao lado do amor e da ignorância, Lacan, 1971), o ódio situa-se entre o Real e o Imaginário (Dias, 2012). Neste caso, o simbólico se encontra rebaixado em relação aos demais registros. Por isso, o ódio é uma paixão, um afeto impossível de ser dito, de ser explicado, de ser simbolizado. O ódio, neste caso, é articulado sobretudo pelo eu ideal, que coloca em risco sua própria imagem, na recusa da pequena diferença, tal como ocorre na xenofobia.

O ódio pode ter um endereçamento certo (odeia-se alguém determinado) ou não: apenas se odeia... Odeia-se o que é diferente no outro: o ócio, a sujeira, a desordem, sobretudo quando essas diferenças entram em embate com os princípios de seu grupo social. Não tomar banho torna o outro um pária da sociedade, sujo, fedido - dejeto ou animal? Assim, dependendo do contexto, o ódio pode se localizar entre o simbólico e o real, como afirma Hassoun (1999); neste caso, há valores em jogo que não são seguidos pelos moradores de rua, como princípios religiosos, valores morais, trabalho, vida em família, tudo o que se resume ao conceito de ordem; por isso, são vistos como animais, são marginalizados, invisibilizados... não deveriam existir, porque não são gente. Nesse caso, o imaginário se encontra rebaixado. A verdade é que não se leva em conta que há leis na rua: quem dorme onde, quem protege esta ou aquela mulher e por quê; há uma

hierarquia na rua: uns têm prioridade sobre os outros ou porque chegaram antes à rua, ou porque encontraram primeiro um lugar para se abrigarem e aceitam partilhar com outros (uma laje abandonada, um coberto em frente a um estabelecimento comercial que aceitaram, a pedido do proprietário, proteger dos ladrões.

Como se isso não bastasse, grande parte dos moradores de rua são negros, analfabetos, migrantes (nordestinos ou nortistas), ainda que, hoje, haja uma grande incidência de expulsos de seu país de origem, por questões ideológicas, por situações de guerra, por alto desemprego, por terem sofrido catástrofes ambientais, o que evidentemente acarreta mudanças no contingente de rua. Mas, ainda assim, o pre-conceito arrasta essas pessoas para a sarjeta, ou melhor, expulsa-as para as margens, levando-as, se possível, para o fundo do poço onde permanecem invisíveis ou invisibilizadas, numa sociedade marcada por um capitalismo onde o dinheiro, o lucro, o capital constituem os grande valores, capazes de gerar uma concentração extrema de riquezas a nível mundial e local, provocando a pauperização cada vez maior das sociedades já empobrecidas (SASSEN, 2014 [2016]).

Na verdade, os pobres e, com mais razão, os moradores de rua se veem às voltas, sem saber, com as consequências do regime democrático-capitalista, que impõe a violência social: para que o capitalismo tenha sucesso, é necessário que uns fiquem ricos e outros, muito pobres, presas fáceis do regime capitalista selvagem, que, para progredir, exige a existência de pobres, cada vez mais pobres... O que a democracia propõe em seu cerne? - acabar com a pobreza; afinal, trata-se, em sua origem, do governo do povo, pelo povo, para o povo; mas isso não passa de uma grande ilusão ou uma grande cilada, como mostra Alain Badiou (2017). Aliás, Lacan já alertava para isso em 1971:

> [...] isso, o subdesenvolvimento, não é arcaico: é produzido, como todos sabem, pela extensão do império capitalista. Eu diria até, além disso, que o que percebemos, e que perceberemos, cada vez mais, é que o subdesenvolvimento é, muito precisamente, a condição do progresso capitalista (Lacan, 1971 [2007], p. 36).

A pobreza, a miséria, ao lado da riqueza extrema – não mais apenas de indivíduos, mas de grandes corporações, isto é, o excesso de um lado e de outro - constitui o real da democracia: aquilo que escapa ao controle, que não depende da boa vontade nem das boas intenções. O que não significa que não haja o que fazer. Voltaremos a essa questão mais adiante.

Mas, em vez de fazer algo que, se não resolvesse, poderia minimizar as consequências, as pessoas continuam proferindo impropérios, xingamentos, servindo-se

conscientemente de palavras ofensivas para se dirigir ao mendigo ou ao morador de rua. Mas, há de fato um endereçamento, se tais pessoas não se dão ao trabalho de parar diante deles, falar com eles, ouvir o que têm a dizer? Apenas enunciam palavras ao passar por eles..., palavras que têm o valor de enunciados, ou lançam olhares que falam. Senão, vejamos:

1. Porco! Imundo! Vagabundo! Lixo!

São algumas das palavras que funcionam como adjetivos dirigidos às pessoas que vivem nas ruas e que funcionam como enunciados descritivos ou, como diria Austin (1970), consta(ta)tivos, que constatam verdades, que não aceitam refutação; funcionam como asserções que, na verdade, se dirigem àquele que está ao lado ou à sua frente: (Você é um) porco! (Você é) imundo! (Você é um) vagabundo! (Você é um) lixo! Estes enunciados trazem o enunciatário oculto (você) sem nomeá-lo. Mas como proferem apenas uma palavra (Porco!), provocam o efeito de ausência do enunciador, que não se apresenta, funcionando como enunciados assertivos de caráter científico, que tomam a aparência da neutralidade. Há aí um mais de gozar, como afirma Lacan (1971, p.11), que prende o sujeito ao discurso universitário, de caráter científico, reforçado pelos enunciados assertivos ou descritivos.

São chamados por esses nomes, palavras muito frequentes na boca daqueles que se acham corretos, bons, decentes, trabalhadores, crentes (não carentes...), os meritocratas, que trabalham para manterem a ordem social, esquecendo-se que o próprio da vida é a desordem... Aliás, lembremos que a crença, como alerta Dias (2020, p.46), se transforma "em certeza, numa condição de despossessão de si mesma, que recobre a voz do sujeito, deixando-o entregue a um Outro que o define".

2. "...agora misturo minha vida cum a bibida / fico jogado na rua / e as pessoa te joga mais pra baixo ainda / cê vê as pessoa falano que ocê fais coisa errada chama vagabundo / cê diz vô fazê mesmo"

Observe-se a retomada do verbo jogar seguido da expressão de um espaço (na rua, o que implica que a rua já está embaixo e que os outros o jogam ainda mais para baixo; parece evidente que, aqui, embaixo/ acima são palavras que situam o dizer do outro com relação a um parâmetro valorativo comum: fazer coisa errada, ser vagabundo). O morador de rua confessa que a desvalorização de si pelo dizer do outro provoca nele a vontade de agir em conformidade ao que é dito. Observe-se, ainda, o uso do verbo misturar, na

primeira pessoa do singular, vida e bebida, como se uma não mais existisse sem a outra, isto é, como se ele (eu), vida e bebida perfizessem um todo inseparável.

3. "[os policial] acha que a gente é um bando de lixo que tem que tirá da cidade...

Chama a atenção neste recorte, que o morador de rua atribui aos policiais (há aqui, portanto, um enunciador ainda que não nomeado a não ser pelo grupo profissional: os policiais acham), o uso do coletivo a gente, bando de lixo. Sabemos que o lixo não se reduz a bando que tanto aponta para aves, animais em grupo, quanto para grupo de pessoas anônimas, em geral, nocivas à sociedade. Bando de lixo reúne a ideia de bando e de lixo, que, afinal, se refere aos moradores de rua como bando, mas que, ao lado da palavra "lixo", resulta numa porção de lixo, que deveria ser retirado da cidade para não ser mais visto. Observe-se que, neste caso, ele, morador de rua, se mantém no anonimato, ainda que se considere como pertencendo a um grupo ("a gente", ou seja, os moradores de rua). O enunciado funciona, assim, como um testemunho.

4. As pessoa chama a gente de folgado mas num é folga // é necessidade / fiquei por necessidade vários dia sem toma banhu / meu corpo chegô a impipocá di sujera / cherando ruim / as pessoa passava i olhava pra mim / despenteada / sem pente pra pintiá u cabelu / as pessoa tinha nojo ... / e chama de folgado / num é folgado não"

No recorte 4, a moradora de rua assume inicialmente o lugar do grupo (a gente) para, depois, fazer uso da primeira pessoa do singular, particularizando os exemplos com relação ao banho, ao asseio, à aparência suja, parte de suas experiências, que atribui à necessidade e não ao desmazelo, ao fato de ser "folgado". O olhar, objeto *a* que fala mais do que as palavras, mais uma vez observado, transmite nojo, repulsa, desprezo.

5. "Muitas autoridade como já disseram pensa que os morador de rua são a escória do lixo da cidade / ele num é ladrão / num é assassino / ele num teve oportunidade / infelizmente é difícil demais / são poucas as pessoa que estendem a mão pra gente / eles num qué sabê da vida da gente..."

Mais uma vez, um morador de rua atribui às autoridades (policiais? governo? prefeitura?) o dizer que o morador de rua é "a escória do lixo da cidade": na fusão entre lixo (coisas que não servem para nada) e escória: ralé, gentalha, etimologicamente, excremento (dicionário da Língua Portuguesa Houaiss), a ideia de nada, ninguém, nojento

assume um efeito hiperbólico (pior do que lixo), que o morador de rua contesta, ousando afirmar que eles (os moradores de rua, como se ele não estivesse incluído) não são ladrões nem assassinos, apenas não tiveram oportunidades como os outros e conclui, incluindo-se e sintetizando: "eles não querem saber da gente". O que "eles" dizem tem o efeito de uma vociferação, que permite "avançar na estupidez como sinônimo de uma posição em que os sujeitos causam dano a uma pessoa ou grupo de pessoas, sem obter benefícios para si mesmos" (Dias, 2020, p.48).

6. ..."as pessoa passa perto de mim olha pra mim com desprezo // um lixo.../ qui muitos pensa que é vadiagem / vagabundagem / diz / im veis di procurá um serviço fica aí bebeno / encheno a cara // as pessoa num chega perto / acha qui a gente é um bicho"

Aqui, a pulsão escópica ("olha pra mim"), novamente reforçada pela imagem construída pelo morador de rua, se faz presente para rebaixar ainda mais a autoestima do morador de rua que se sente visto como bicho, vadio e vagabundo. A falta de trabalho aparece, uma vez mais, como um problema que suscita a discriminação. Aliás, em 7, abaixo, olhar e discriminação se cruzam para indiciar seu efeito no morador de rua:

7. "As pessoa tem sempre assim um olhar de discriminação"[3]

"Sempre" (temporalidade durativa, sem limite temporal), ao lado de "olhar de discriminação" funcionam como gozo do ódio para uns e destruição para o outro a quem é endereçado o olhar, apesar de que o gozo do ódio destrói o outro e aquele que odeia.

Observe-se, nesses recortes, que o olhar do outro chama a atenção do morador de rua: olhar de desprezo, de nojo, de discriminação, de indiferença ("eles num qué sabê da vida da gente"). Sabemos que o olhar (olhar e ser olhado, fazer-se olhar) é a pulsão mais relevante na contemporaneidade, caracterizada como sociedade do espetáculo (DEBORD, 1967), em que todos querem ser vistos e ver. No caso, o morador de rua dá-se a ver, quer ser visto, notado, percebido; afinal, ele está na rua, por onde todos passam, e seu aspecto diferenciado deveria chamar a atenção. Mas, o que acontece é o contrário: evita-se olhar, evita-se atravessar o mesmo espaço - "as pessoa num chega perto"- a proximidade parece ser contagiante... Observe-se, ainda, que a pulsão escópica se alia à

[3] Os recortes aqui analisados foram extraídos 1) do acervo da pesquisa Vidas Itiner(r)antes (CNPq) , sob a coordenação da Profa Dra Maria José Coracini; 2) da tese de doutorado de Carlos Alberto Casalinho, intitulada "A Rua e a Universidade: gritos e sussurros na representação de si e do outro," sob a orientação da Profa Dra Maria José Coracini, IEL/Unicamp; 3) da obra *Corpus Rasurado*, de Ivete Walty.

pulsão invocante, pois não é preciso que se articulem palavras para que se fale: o olhar basta para transmitir desprezo ou admiração.

Os recortes discursivos aqui apresentados remetem todos à falta de compreensão daqueles que julgam sem saber, ou melhor, julgam usando como critérios os seus, os do grupo social a que pertencem, à formação discursiva em que se inscrevem - nos dizeres de Foucault (1979) -, aos princípios morais e religiosos que compartilham com seus semelhantes: na verdade, não querem saber. Não é à toa que Lacan diz que o sujeito não quer saber: a verdade lhe escapa, já que o inconsciente é o saber que não se sabe, e ele escapa da verdade pela mesma linguagem que atrela o sujeito à cadeia significante, já que o sujeito é efeito entre significantes. O odioamoraçao faz suplência ao saber impossível: o amor e o desconhecimento de si são condições estruturais da entrada na linguagem. Segundo Lacan,

> [o] discurso não é apenas que ele não pode mais ser julgado a não ser à luz do inconsciente, é que ele não pode mais ser enunciado como alguma coisa que não seja o que se articula de uma estrutura onde em algum lugar ele se encontra alienado de modo irredutível. (Lacan, 1971)

A própria linguagem leva o sujeito a escapar da verdade, na medida em que ela é semblante, ou seja, ela se organiza de modo a constituir um discurso e, com ele e através dele, construir a realidade, o mundo que imaginamos conhecer e viver. Em *O discurso que não fosse semblante* (Lacan,1971 [2009]), Lacan nos oferece a oportunidade de entender a função enganosa do discurso: de um lado, não há verdade que seja dita em sua totalidade; ela é semi-dita (Lacan, 2009, p.12); por outro lado, o discurso é um artefato, é aparência, melhor dizendo, sinal, como o trovão; ele faz semblante, cujo status é dado pelos significantes (Lacan, 2009, p.15); o discurso é fato, feito e efeito.

É na medida em que o discurso do inconsciente atravessa os quatro discursos postulados por Lacan (discurso do mestre, do universitário, da histérica e do analista) que é possível afirmar que o discurso faz semblante, constrói a realidade, sofre o efeito do Real como impossível, traz a verdade como "semi-dizer" (Lacan, 1975 [1985], p.126), verdade que sofre, inevitavelmente, a incidência do contexto histórico-social.

Na década de 50, Austin (1962 [1970]), filósofo britânico, cuja obra, segundo Felman (2022), não foi lida por Lacan, defendeu que a linguagem é performativa: cada vez que falamos, realizamos um ato de fala: a todo enunciado descritivo (científico) do tipo: A água ferve a 100 graus centígrados, é possível acrescentar: "Fulano declara que a água ferve a 100 graus centígrados"... "Sicrano afirma que...", passando, então, o

enunciado consta(ta)tivo a performativo, ou seja, a ato de fala (ato declarativo ou afirmativo) pela simples presença do enunciador no discurso, de modo semelhante ao que ocorre com os enunciados claramente performativos: "Prometo que virei vê-la no próximo mês" (eu faço a promessa) ou (cortando uma faixa) "(Eu) Inauguro este barco e o batizo com o nome de Polar", por exemplo. Lacan, paralelamente, por uma coincidência temporal e teórica, também postulou a fala como um ato.

Os pensamentos se organizam em frases, ou melhor, em enunciados, termo usado tanto por Austin quanto por Lacan, em que se faz presente o enunciador, e estes se organizam em discursos, não apenas porque as palavras se relacionam sintaticamente, mas porque falar exige muito mais do que isso: há sempre endereçamento ao outro, com a intenção de realizar um ato (declarar, afirmar, prometer, garantir...). Mas, se Austin defendeu a existência do sujeito na enunciação através de uma intenção (consciente), a psicanálise lacaniana veio mostrar que a nossa fala diz mais do que pretendemos dizer; portanto, a linguagem não está condicionada apenas à razão, à consciência, à intenção deliberada, mas também e sobretudo ao inconsciente, à lalangue que garante a presença do sujeito na fala e a presença do insondável, do inominável, do indesejável, do indizível no discurso que é cindido pela linguagem.

Entretanto, Austin tem o mérito de alertar a filosofia da linguagem e linguistas (como Searle, nos Estados Unidos e e Benveniste, na França, que se opuseram à teoria geral ilocucionária, mantendo a diferença entre enunciados consta(ta)tivos e performativos) sobre a responsabilidade do falante, até então esquecido pelos estudos linguísticos que pretendiam descrever os fatos de língua, estudando, sobretudo, as relações morfossintáticas entre os signos e, mais tarde, os textos, como estruturas, extraindo daí modelos ou, melhor dizendo, partindo do princípio de que as frases se reduzem a verdadeiras ou falsas. A partir de Austin, então, foi possível considerar a fala na relação entre enunciador e enunciatário como atos:

1) locucionário ou locutório, pelo simples fato de colocar o aparelho fonador em ação e de produzir sentido;

2) ilocucionário ou ilocutório, através do apelo ao outro, como por exemplo pedir que se feche a porta, que se passe o sal; de forma direta ou indireta;

3) perlocucionário ou perlocutório, através de argumentos, pelo modo como se organizam as ideias, com a intenção de convencer, persuadir, enganar ou seduzir o outro;

o ato perlocucionário, como afirma Felman, "consiste na produção de *efeitos* sobre o interlocutor" (Felman, 2022), p.31);

4) performativo, pelo uso de modos convencionais, verdadeiros cenários (palavras, gestos e objetos próprios a certos rituais, adequados à cena) que, numa linguagem convencionada, realizam atos de fala, como batizar, inaugurar, jurar, prometer, declarar etc., atos que constituem verdadeiros rituais que necessitam de um cenário convencionado e autorizado para serem atos felizes: por exemplo, o casamento religioso na igreja católica exige a presença de uma autoridade, no caso de um padre, de um espaço determinado (igreja, por exemplo), da presença dos noivos que enunciam frases fixas, ditadas pelo padre que, finalmente, os declara casados. Mas, por vezes, basta a presença de uma autoridade que realiza um gesto como uma cruz no peito da criança no batismo, antes da frase clássica: "eu te batizo em nome do Pai, do Filho, do Espírito Santo". Em outros casos, é suficiente a presença dos dois interlocutores e um contexto apropriado para realizar o ato de jurar, prometer, desculpar-se etc.

Se o ato se cumpre ou não, pouco importa: o importante é que, no momento em que é dito, ele se realiza como promessa, juramento, pedido de desculpas... No caso que nos interessa mais de perto, acredito que possamos considerar os sete enunciados, acima transcritos e analisados como reproduzindo de forma indireta, através da fala de moradores de rua, atos performativos de julgamento e de autoridade e, portanto, de poder. Por isso, é possível considerá-los, pelos efeitos que produzem naqueles que se sentem ofendidos, atos felizes e não fracassados.

Desse modo, falar é muito mais do que pronunciar palavras, frases ou textos; falar é assumir um lugar e uma posição no discurso diante do outro. Na última conferência, Austin conclui, afirmando que qualquer enunciado constitui um ato de fala performativo, mesmo aqueles ditos consta(ta)tivos ou descritivos, desde que se acrescente ou se subentenda que o enunciado remete sempre a um enunciador: X afirma que a água ferve a 100º C; Y declara que... etc. Tal junção foi criticada e reprovada pelos linguistas, mas aceita por Lacan, ainda que desconhecendo Austin, para quem os termos enunciado, enunciador e enunciação anunciam a presença do sujeito e, e com este, do inconsciente. Há sempre, portanto, um enunciador que performa o ato de fala. Assim como o discurso performativo, o discurso psicanalítico com Freud e Lacan impactam a história como uma "epidemia científica", nas palavras de Lacan, lembrando aqui Freud que disse ao chegar, pela primeira vez, aos Estados Unidos: "Eles não sabem que trago a peste" (Rocha &

Branco, 2022, p. 11, prefácio; Lacan, 1966 [1998). Trata-se de um ponto de virada, sem dúvida alguma.

A noção de ato de fala garante soberania, poder a quem fala e retira do outro o direito de retrucar, de falar, quando a relação entre enunciador e enunciatário obedece a uma hierarquia social. É o que acontece entre um branco e um preto, um heterossexual e um transsexual, um pedestre bem vestido e um mendigo, entre um cidadão (chamado cidadão de bem) e um morador de rua. Os primeiros ocupam um lugar de poder e os segundos, um lugar inferior, subalterno, marginal. "Afinal, os ladrões são, ao lado dos mendigos os únicos que rompem completamente com os acordos morais da sociedade meritocrática" (Souza, p. 249).

O poder da linguagem é tal que tanto podemos nos sentir lisonjeados, incluídos, quanto injuriados, ofendidos, excluídos. Como lembra Butler (1997 [2021]), uma das formas de injúria é ser chamado por um nome, que interpela e rebaixa, como nome de animal (porco!) pronunciado com desprezo e nojo:

> ...a injúria linguística parece resultar não apenas das palavras utilizadas para se dirigir a alguém, mas também do próprio modo de endereçamento, um modo – uma disposição ou um posicionamento convencional – que interpela e constitui o sujeito (Butler, 1997 [2021, p.12-13]).

Assim, o ato de fala tanto pode estabelecer laço social (enlaçamento) quanto desenlaçamento (Dias, 2023) entre pessoas, como uma das funções do discurso (Dunker, 2017, p.35), que é sempre semblante, aparência, entendendo que esta "imprime consistência ao que não existe" (Dunker, 2017, p.37).

Palavras ofensivas, injuriosas, que realizam atos de fala que não são nem verdadeiros nem falsos, mas que passam como verdades para o enunciatário, segundo o contexto em que se realizam: impropérios que reduzem o outro à figura de um animal ou de um objeto a ser descartado, ou melhor, expulso do convívio social, jogado no lixo, pior do que descartável porque este ainda tem alguma utilidade; retira-se do outro toda humanização: o porco é um animal sujo, que, para comer, mete o focinho na lama ou na ração; não olha para o alto porque não consegue, por causa de seu peso e altura; a coisa é descartável, mero instrumento a serviço do homem; assim, o mendigo procura comida no lixo ou é apenas algo a serviço do outro, explorado pelo outro, que se distingue dele por sua suposta superioridade. Vagabundo porque vagueia, anda sem destino certo, não sabe o que quer nem para onde vai, não tem objetivo. Por isso, deve ser excluído e, se possível, eliminado.

Na verdade, aquele que fala se identifica com o que considera o seu oposto, mas não pode admitir essa identificação. Matando esse outro, que não tem valor algum, que abomina por assimilá-lo(a) a um animal, faz com que "se produza uma presença da ausência, fazendo com que o silêncio entre na palavra, a morte, na vida" (Lebrun, 2008, p. 91). Ao xingar o outro atingindo o que ele tem de mais vulnerável, provoca a anulação de sua autoestima: ele se sente um lixo, um nada; dá razão ao que xinga porque ele sabe que não tem voz nem vez na sociedade dita hegemônica. Ele se sente morto, ainda vivo, merecedor do sofrimento que o exclui do mundo dos meritocratas. Mas, ainda assim, ele resiste e se faz presente na ausência...

Vale considerar que os discursos lacanianos, como lembra Colette Soler em *Afetos Lacanianos*, e Mauro Dias (2020) são constituídos pela presença de dois agentes, com exceção do discurso do capitalista (que se apoia em produtos), que, por não ter barras entre os quatro elementos que o compõem, não faz laço social; nele, inscreve-se o discurso da ignorância (Dias, 2012; 2020) que, por sua vez, sustenta o discurso do ódio, sobretudo desse ódio sem endereçamento, que se dirige a uma pessoa anônima, sem nome nem rosto, como se ela constituísse um amontoado indesejado de coisas. Mas aquele que fala ou que olha com ódio, também não se mostra: sem nome, assume o lugar de qualquer outro que ele (ela) representa. Desse modo, parece não haver responsabilidade: o ato se anula no anonimato, mas não se anula no outro, no corpo do outro, porque produz um efeitos naquele que, sem nome, é chamado por um nome injurioso.

Aliás, vale lembrar que não são apenas as palavras que ferem e os olhares que matam a autoestima do morador de rua, anulando-o; numerosas são as passagens ao ato que exterminam, eliminam, de uma vez por todas, o seu ser e o seu corpo. O leitor deve estar lembrado de que, não faz muitos anos, foi notícia jornalística um acontecimento numa calçada da rua da cidade de São Paulo, onde dormia um mendigo: dois jovens passaram e se detiveram diante daquele que dormia; jogaram gasolina, atearam fogo no corpo e continuaram seu caminho como se nada houvesse acontecido. Sabe-se que foram defendidos pelo pai de um dos jovens, que era juiz em Brasília, e nada lhes aconteceu: o crime ficou impune! Vários outros crimes desse tipo têm sido executados em diferentes estados e cidades brasileiras.

Freud, em *Psicologia das Massas*, deixa claro que bastam duas pessoas juntas numa dada situação para que se realizem comportamentos por ele descritos como de massa: de certo modo, seguem aquilo que pensam, no que acreditam, com base nas ideias de um líder, religioso ou não, presente ou ausente. Juntos, sentem-se encorajados a

realizarem atos que, sozinhos, seriam incapazes. Não é nada incomum que presenciemos um, de um grupo de dois ou três, que, sentindo-se apoiado, ao passar por um chamado morador de rua profere palavras ou frases ofensivas, enunciados que pertencem ao discurso do ódio, discurso que se caracteriza pelos atos de fala ilocucionários e ilusoriamente descritivos ou consta(ta)tivos.

É bem verdade que toda palavra pode ferir, machucar, dependendo do contexto e da relação que se estabelece entre os interlocutores, mas algumas ferem mais e de forma incondicional e imediata. Isso porque a interpretação que se dá às palavras escolhidas ou aos enunciados maldosos ou injuriosos são entendidos como uma "subordinação social" (Butler, 2021 [1997], p. 39), sobretudo quando calam o outro, quando não admitem que o outro se defenda. O corpo do falante dirigindo-se ao corpo do destinatário submete o corpo deste último: "o corpo do falante excede as palavras ditas e revela o corpo do destinatário expondo que esse corpo não está mais (...) [aqui] sob controle" (Butler, 2021, p.29).

Judith Butler (2021) defende com Austin que o discurso se constrói basicamente por alguém que fala e alguém que interpreta, numa relação de poder por parte do falante. Assim, "[a] autonomia no discurso, na medida em que ela existe, é condicionada por uma dependência radical e originária de uma linguagem cuja historicidade excede em todas as direções a história do sujeito falante" (Butler, 2021, p. 55), porque abrange todas as situações em que tal discurso foi proferido, repetindo o significado e construindo um discurso convencional; e essa historicidade excessiva é responsável tanto pela sobrevivência quanto pela morte linguística do sujeito, que se inscreve em uma dada formação discursiva, sempre heterogênea e reguladora (Foucault, 1979).

Sabemos que o discurso regula a sociedade e constrói a realidade, a verdade das nossas crenças; crenças que se fixam, congelam nosso pensamento e orientam nosso comportamento. O discurso não só organiza o mundo em que vivemos, mas o constrói, além de organizar e construir as relações de poder que engendramos e de que necessitamos para realizar certos intentos.

Isso tudo explica o ódio por aqueles que não conhecemos, que nunca vimos, mas que reconhecemos como sendo ao mesmo tempo semelhantes e diferentes de nós. E isso não podemos suportar, nem as semelhanças (como podemos nos assemelhar a pessoas inúteis, sem moral e desordeiras ?) nem as diferenças, que, ultrapassando a margem do que consideramos tolerável, constroem uma barreira entre nós e os outros. Segundo Hassoun, como já colocamos, o ódio tem a ver com o simbólico articulado ao Real, com

baixa concorrência do imaginário; por isso, o outro não existe, é transparente, ausente no mesmo lugar em que se faz presente. Assim, o simbólico e o real concorrem para transformar o outro em lixo. "O ódio não poderia tolerar que o lixo degrade a paisagem: de tal modo que será eliminado, para que o império da limpeza, do contraste, do negro e do branco reine para sempre (Hassoun, 1999, p. 26)[4]. Nesse caso, o ódio seria articulado pelo ideal do eu.

O ódio endereçado aos moradores de rua, reforçado pelo racismo, nas tantas formas de enunciar, já que a maioria dos habitantes de rua são pretos, e/ou pela discriminação de gênero, se assemelha ao ódio pelos pretos e pelos gays, o que complexifica muito a situação dessa população; mas também se assemelha ao ódio pelos judeus, o que remete ao fascismo e ao nazismo que levaram o mundo à Segunda Guerra, na primeira metade do século XX. Adolf Hitler que, sem dúvida nenhuma, foi um líder das massas, grande comunicador, grande influenciador, capaz de, com seus seguidores, promover o que Gladwell (2000 [2009]) denomina um "ponto de virada", promoveu um sistema de "limpeza social" ou "higiene racial", na defesa de uma sociedade ariana, pura e superior constituída pelos germanos. Livrar-se dos judeus, muitos dos quais economicamente bem sucedidos, de minorias como os homossexuais e os ciganos, parecia uma das formas de salvar a Alemanha e convencer os alemães da necessidade de fazer algo para retomar a supremacia do país, endividado, com graves problemas econômicos, recuperando o orgulho nacional. Foi, como sabemos, um massacre cruel envolto no ódio e no preconceito, aplicado indiscriminadamente a essas populações que eram levadas para campos de concentração ou, inicialmente, para locais designados por Hitler para realizar as ações de eutanásia, através de profissionais médicos que aderiram ao programa. Ativo desde 1939, o programa Eutanásia Acktion T4 foi recebido pela população, sobretudo a católica da Áustria, com violentas críticas e manifestações populares de oposição, de modo que Hitler viu-se forçado a abolir a medida em 1941 (http://www.t4holocaust.com), sem desistir, no entanto, de seu intento eugenista que levou a cabo com o Holocausto.

Embora em contextos diferentes, acredito poder relacionar o ódio aos judeus ao ódio aos moradores de rua, já que ambos os grupos sociais constituem o lado de fora, o exterior que perturba o interior, ou seja o indivíduo ou a comunidade social que se apresenta como fechada. Dias (2012, p. 37) alerta que "quanto mais uma comunidade

[4] Tradução minha.

humana é fechada em si mesma, mais o exterior aparece como odioso (...) é como se a relação com o exterior fosse deixar as portas abertas – podendo vir qualquer um" e isso é insuportável porque acarreta mudanças indesejáveis para as experiências privadas. O ódio, então, se apresenta como "retaliação da diferença" (Dias, 2012, p. 36).

Hoje, o capitalismo radical, impulsionado pelo mito do poder aquisitivo e das grandes empresas multinacionais ou globais, espalhadas pelo mundo, dominando o sistema mundial econômico, provoca uma concentração no topo das classes sociais e conduz a deslocamentos forçados por causa de guerras, desemprego, doenças e fome, sobretudo nos países mais pobres, "com fortes índices no Sul global, como afirma Gotlieb em *Expulsões*; expulsões de capital local, da força econômica local, mas sobretudo de pessoas da área rural dentro do próprio país e vindas de outros países como emigrantes ou refugiados, também indesejados e odiados. Temos notícia do grande número de pessoas mortas no trajeto que realizam por mar para chegarem a países onde pretendem encontrar abrigo ou a países que servem de trampolim para chegar a outros que, supostamente, os acolheriam. Mais recentemente, sabemos que vários países da Europa estão expulsando todos aqueles que pedem asilo, devolvendo-os a seu país natal.

Trata-se de uma dinâmica excludente, que modifica também a população de rua, não mais limitada aos pobres e desempregados do país, como no caso do Brasil, antes, apenas migrantes nordestinos ou locais; atualmente, misturam-se também venezuelanos, cubanos, angolanos e, mais recentemente, afegãos, além de pessoas escolarizadas que perderam o emprego e não conseguem mais pagar o aluguel.

Apesar das orientações da ONU no que concerne à obrigatoriedade dos países em fornecer comida e abrigo àqueles que, ainda que de forma ilegal, buscam asilo, grupos numerosos de pessoas permanecem em centros de detenção ou confinados em locais periféricos, em tendas, levando uma vida de extrema pobreza, por tempo indeterminado, à espera de resposta.

Ora, assim como as orientações da ONU para o mundo, sabemos das leis e recomendações ministeriais brasileiras que pretendem orientar a conduta dos governantes e autoridades locais a respeito dos direitos da população de rua em nosso país. Refiro-me ao Guia de Atuação Ministerial de Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua, redigido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e publicado em Brasília no ano de 2015. Esse Guia de Atuação tem por objetivo

> auxiliar os membros do Ministério Público nacional na viabilização do conjunto de direitos das pessoas em situação de rua, em especial os do

> âmbito da política pública de assistência social, bem como da Política Nacional para a população de rua (Decreto Federal n.7.053/2009) (Introdução, Guia, 2015, p.5)

Trata-se de um compêndio de 130 páginas, que fornece, em primeiro lugar, os dados quantitativos relativos ao ano de publicação, quanto ao número populacional, ao trabalho que exerciam na ocasião, aos dados de saúde, de alimentação, de alfabetização, aos motivos da vida nas ruas, ao grau de acesso aos auxílios emergenciais providenciados por governos e prefeituras, como abrigos diurnos ou moradias. Mas, o mais importante são as recomendações feitas pelo Guia quanto à necessidade de não se discriminar esse grupo social, restringindo-lhe, dentre outras coisas, o acesso a transporte coletivo e a serviços de saúde, o que pode

> decorrer, entre outros fatores, dos estigmas socialmente construídos em relação às pessoas em situação de rua. A estigmatização dessa população, seja pela aparência pessoal, pela higiene corporal ou por qualquer outra forma, prejudica seu acesso às políticas públicas e à construção das possibilidades de saída das ruas. (Guia, 2015, p. 9)

O documento prossegue lembrando que essa condição é reforçada pela culpabilização imposta pela sociedade ao atribuir a essas pessoas "a responsabilidade exclusiva pelo estado em que se encontram e, por conseguinte, exigir delas que por si mesmas alcancem os recursos para rompimento do vínculo com as ruas" (2015, p.9). Sabemos todos que essa atitude é propagada pelo sistema capitalista neoliberal que, de forma perversa, prega o acesso de todos aos bens de consumo, desde que as pessoas se esforcem para tal, trabalhando muito e lutando pelo lucro de outros, na ilusão de que trabalham em benefício próprio. Essa é a lei selvagem do capitalismo atual, presente nas democracias.

Apesar de o Guia estar eivado de bom senso e orientações jurídicas pertinentes, apesar de haver vários decretos que promulgam os direitos da população de rua, apesar das medidas que têm sido tomadas referentes a restaurantes de um real por refeição, a abrigos tanto públicos quanto privados (Organizações não governamentais - ONGs) ou ainda religiosos (como Karitas), fornecendo cursos, alimentação, atividades culturais (filme seguido de debate, por exemplo) etc., apesar de tudo isso, os moradores de rua continuam a ser maltratados, perseguidos, agredidos por palavras de ódio, vítimas de todo tipo de violência, assassinados.

E os objetivos parecem ser muito semelhantes aos do Nazismo: a expulsão do meio social dessas pessoas que agridem pelo desrespeito à ordem e à língua que não

sabem falar, em busca da higiene racial e social. Daí haver grupos dispostos a eliminá-los seja por causa da droga, da sujeira ou por causa da desordem que instauram na sociedade e na língua-cultura dos escolarizados.

Essa eliminação aponta para o gozo do ódio que, segundo Lebrun (2008), devemos distinguir do ódio: este, constitutivo do ser humano, não é necessariamente negativo, porque pode impelir o sujeito em direção a importantes transformações e à busca de seu desejo, enquanto o gozo do ódio corresponde à "satisfação que se pode tirar do fato de concentrar o ódio naquele que está encarregado do lugar de exceção e não direcioná-lo para o vazio no Outro. O assassinato e a violência são formas visíveis de gozar de seu ódio" (LEBRUN, 2008, p.12).

(In)conclusão

Temos consciência da impossibilidade de acabar com a pobreza, que, aqui no Brasil, se define como miséria, já que vivemos num regime capitalista cada vez mais selvagem, uma democracia falida, que, como afirma Badiou (2015), teoricamente, defende o governo do povo para o povo, pelo povo, mas que encontra seu limite na impossibilidade de acabar com a desigualdade social, cada vez maior. A pobreza endêmica é da ordem do registro do Real da democracia, o impossível de ser eliminado. O Real esconde um mundo impossível que, no entanto, é a força do objeto: assim como postula que "o número infinito como impossível é o real da aritmética" (Badiou, 2015, p. 31), ele também defende que "o semblante contemporâneo do real capitalista é a democracia. É a sua máscara" (Badiou, 2015, p. 26). Nesse sentido, continua o autor, poder-se-ia falar de democracia imaginária tal como de *Malade Imaginaire* (peça de Molière). "O ponto de impossível próprio do capitalismo é a igualdade" (Badiouu7, 2015, p.35) e esse é o Real da democracia.

Concordamos com Badiou, mas, apesar disso, é preciso criar condições para que todos, sem exceção, tenham um teto para se abrigarem das intempéries e possam se alimentar bem três vezes ao dia, como disse o Presidente Lula em um de seus discursos no início de seu mandato. De pouco servem as leis, as recomendações de respeito e consideração aos moradores de rua se ninguém as segue, se não há punição para os agressores que, de forma anônima, proferem impropérios e julgamentos ou cometem assassinatos, sem ao menos se preocuparem em saber a história de cada sujeito, sempre

atravessada pelo inconsciente que nos torna ignorantes porque pouco ou nada sabemos de nós mesmos e, menos ainda, do outro.

Como lembra Julia Kristeva (1999), como podemos aceitar o estranho, o diferente, o estrangeiro se desconhecemos a presença do estrangeiro em nós mesmos, se não percebemos que o estranho nos habita? Reconhecer o estranho em nós mesmos pressupõe aceitar o outro como constitutivo do próprio eu, fazer dele e com ele algo de produtivo e não de destrutivo. Se o ódio é estrutural, constitutivo, ele pode servir para nos fortalecer na busca do nosso desejo. Mas, sabemos que, para isso, faz-se necessária uma forte transformação subjetiva no império do Eu soberano (Roudinesco, 2022). É necessário colocar em destaque as diferenças que, em vez de levarem à discriminação e ao ódio destrutor (do outro e de si) , contribuam para a aceitação da humanidade do outro.

Entretanto, isso se mostra cada vez mais difícil, porque, hoje, "cada um marcha dentro de sua própria bolha, no interior da qual certas vozes se fazem ouvir mais do que outras e alguns fatos existem mais do que outros. E nós não temos nenhuma possibilidade de sair disso" (Empoli, 2020, p.175). Se cada um vive numa bolha, ignorando a existência e a pertinência de outras bolhas, torna-se muito difícil o entendimento e a escuta de si e do outro em si.

Dias resume bem nossa conclusão:

> As raízes das vociferações tendem a crescer com maior força no solo em que são adubadas pelo ódio. Não qualquer tipo de ódio, mas um, em particular, o qual, por sua vez, é a expressão de sua potência enquanto ódio ao herege empenhado em destruir aquele que escolhe, aquele que vem de Outro lugar, que não tem as mesmas referências, susceptível de causar surpresa e divisão, ou ainda, de introduzir fracassos e impossibilidades. (Dias, 2020, p. 43)

Não me parece difícil encontrar aí, nessa enumeração, referência aos moradores de rua.

Referências Bibliográficas

Austin, John Langshaw (1962) *Quando dizer é fazer*. Trad.: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

Badiou, Alain. (2015) *Em busca do real perdido*. Trad.: Fernando Sheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

Butler, Judith. *Discurso de ódio*: uma política do performativo. São Paulo: UNESP, 2021.

Conselho Nacional do Ministério Público. (Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua. Guia de Atuação Ministerial. Brasília: CDU, 2015.

Debord, Guy. (1967) A Sociedade do Espetáculo. Trad.: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Derrida, Jacques. (1996) *O Monolinguismo do Outro.* Trad.: Fernanda Bernardo. Porto: Campo das Letras, 2001.

Dias, Mauro Mendes. *Os Ódios*. São Paulo: Iluminuras, 2012.

Dias, Mauro Mendes. *O Discurso da Estupidez*. São Paulo: Iluminuras, 2020.

Dias, Mauro Mendes. "Enlaçamentos e Desenlaçamentos do inconsciente". Seminário no Vox, 2023.

Dunker, Christian Ingo Lenz. D*iscurso e Semblante*. São Paulo: nVersus Editora, 2017.

Empoli, Giuliano Da. *Os Engenheiros do Caos*. São Paulo, Belo Horizonte: Vestígio, 2020.

Felman, Shoshana. *O escândalo do corpo falante*. Trad.: João Rocha e Lucia Castello Branco. São Paulo: Editora da Unicamp, 2022.

Fleig, Mario. Apresentação. In: Lebrun, Jean- Pierre: *O futuro do ódio*. Org.: Mario Fleig. Trad.: João Fernando Chapadeiro Corrêa Porto Alegre: CMC, 2008.

Foucault, Michel (1979) *A Arqueologia do Saber*. Rio de aneiro e São Paulo: Forense Universitária, 2004.

Freud, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do eu*. Trad.: Renato Zwick. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Gladwell, Malcolm. *O ponto da virada*. Trad.: Talita Macedo Rodrigues. Rio de aneiro: Sextante, 2009.

Gori, Roland. (2004) *Lógica das Paixões*. Belo Horizonte. Companhia de Freud e Campo Matêmico.

Hassoun, Jacques. *El oscuro objeto del odio*. Trad: Jacques Algisi. Buenos Ayres: Catálogos, 1999.

Houaiss, Antonio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro: Editora ObJetiva, 2004.

Kristeva, Julia. *Estrangeiros para nós mesmos*. São Paulo: Rocco, 1994.

Lacan, Jacques. *Seminário 1*, Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

Lacan, Jacques. *Seminário 9: A Identificação*. Recife: CEF, 2021.

Lacan, Jacques. *Seminário 18*: De um discurso que não fosse semblante. Trad.: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

Lacan, Jacques. (1975) *Seminário 20*: Mais... ainda. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

Lacan, Jacques. (1966) A coisa freudiana. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

Lebrun, Jean-Pierre. *O futuro do ódio*. Org.: Mario Fleig. Trad.: João Fernando Chapadeiro Corrêa Porto Alegre: CMC, 2008.

Rocha, João e Branco, Lucia C. Prefácio à edição brasileira. In: FELMAN, Shoshana, 2022, p. 11-20.

Roudinesco, Elisabeth. (2022) *O Eu Soberano*. Trad.: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar.

SASSEN, Saskia. *Expulsões*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SOLER, Colette. (2011) *Os afetos lacanianos*. Trad.: Cícero Oliveira. São Paulo: Aller, 2022.

SOUZA, Jessé. (2009) *A ralé brasileira*: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG.

VIEIRA, Marcus André. *A Paixão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

WALTY, Ivete. *Corpus Rasurado*. Belo Horizonte: Autêntica.

http://www.t4holocaust.com Acesso em 29/11/ 2023.